Brucelose Bovina.

Autor(res)

Thiago Souza Azeredo Bastos
Isadora Do Nascimento Santana
Lara Soffia Rocha Freitas
Lorena Vitoria De Paulo Lopes

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS

Introdução

A brucelose bovina é uma enfermidade infectocontagiosa de evolução crônica, causada principalmente por Brucella abortus, bactéria gram-negativa, intracelular facultativa, que se aloja preferencialmente no sistema reprodutivo de bovinos e bubalinos, resultando em abortos, natimortalidade, nascimento de bezerros fracos, infertilidade e queda na produção leiteira e de carne (Megid; Ribeiro; Paes, 2016). Trata-se de uma zoonose de grande relevância, classificada pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como enfermidade de importância econômica e sanitária, com implicações no comércio internacional de produtos de origem animal (OIE, 2009; Brasil, 2006).

No Brasil, a brucelose é endêmica e está entre as principais barreiras sanitárias à pecuária, impactando diretamente na produtividade e nos custos de produção. Estimativas indicam perdas econômicas que podem chegar a 25% na produção de carne e leite, além de 15% na taxa de nascimento de bezerros, devido ao aumento do intervalo entre partos e à mortalidade neonatal (Lage et al., 2008; Megid; Ribeiro; Paes, 2016).

Além dos impactos produtivos, representa sério risco à saúde pública. A transmissão ao homem ocorre principalmente pelo consumo de leite e derivados não pasteurizados ou pelo contato direto com secreções e tecidos infectados, sendo considerada uma antropozoonose ocupacional que afeta médicos-veterinários, trabalhadores rurais, tratadores e profissionais de frigoríficos (Acha & Szyfres, 2001; Megid; Ribeiro; Paes, 2016).

Com o intuito de reduzir a prevalência e os impactos dessa enfermidade, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento instituiu, em 2001, o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), que estabelece medidas estratégicas como a vacinação obrigatória de bezerras, diagnóstico sorológico, certificação de propriedades livres e monitoradas, além de ações educativas voltadas à conscientização dos produtores (Brasil, 2006).

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo revisar os aspectos etiológicos, epidemiológicos, clínicos e de controle da brucelose bovina, destacando sua importância econômica e sanitária, bem como analisar as medidas estabelecidas pelo PNCEBT para prevenção e erradicação da doença no Brasil.

Material e Métodos

O estudo consistiu em revisão bibliográfica narrativa, fundamentada em fontes oficiais e científicas. Foram utilizados como principais referências: o Manual Técnico do PNCEBT (2006), relatórios de vigilância da CIDASC (2018), diretrizes da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, 2009), artigos científicos de periódicos indexados e trabalhos acadêmicos sobre a temática (Paulin & Ferreira Neto, 2003; Poester et al., 2009).
Especial atenção foi dada ao livro Doenças Infecciosas em Animais de Produção e de Companhia (Megid; Ribeiro; Paes, 2016), da Editora Roca, por apresentar abordagem detalhada sobre a etiologia, epidemiologia, sinais clínicos e estratégias de prevenção da brucelose bovina. O recorte temporal priorizou publicações de 2000 a 2023, por refletirem o cenário atual da enfermidade e das medidas de vigilância sanitária no Brasil.

Resultados e Discussão

A brucelose bovina permanece como uma das mais relevantes zoonoses no Brasil. A prevalência média nacional é estimada entre 2% e 4%, variando conforme a região e os sistemas de produção, sendo mais frequente em rebanhos de leite de pequena escala (Sikusawa et al., 2009). Em Santa Catarina, por exemplo, a prevalência registrada foi inferior a 1%, o que levou à dispensa da vacinação obrigatória, embora o monitoramento sorológico tenha sido mantido (CIDASC, 2018).
Do ponto de vista clínico, os principais sinais incluem abortos no terço final da gestação, retenção de placenta, nascimento de bezerros fracos, metrites, queda na produção de leite e, nos machos, orquite e epididimite, que podem resultar em subfertilidade ou esterilidade (Megid; Ribeiro; Paes, 2016; Paulin & Ferreira Neto, 2003). Em humanos, a doença apresenta formas aguda e crônica, caracterizando-se por febre ondulante, sudorese, fadiga e manifestações osteoarticulares, com grande impacto na capacidade laboral (Acha & Szyfres, 2001).
O diagnóstico oficial é realizado por meio de testes sorológicos. Os mais utilizados são o Antígeno Acidificado Tamponado (AAT) e o Anel em Leite (TAL) para triagem, seguidos de confirmatórios como 2-Mercaptoetanol (2-ME), Fixação do Complemento (FC) e Polarização Fluorescente (FPA), que aumentam a especificidade e reduzem os falsos positivos (Brasil, 2006; Aires et al., 2018; Megid; Ribeiro; Paes, 2016).
No controle da enfermidade, o PNCEBT estabelece a vacinação obrigatória de bezerras entre 3 e 8 meses de idade com a cepa B19, e, em situações específicas, a utilização da vacina RB51 em fêmeas adultas. A primeira, embora eficaz, pode interferir nos testes sorológicos, enquanto a RB51, por não induzir anticorpos aglutinantes, permite melhor rastreabilidade diagnóstica (Brasil, 2006; Megid; Ribeiro; Paes, 2016).
As medidas complementares incluem o sacrifício sanitário de animais positivos, controle do trânsito animal, manejo adequado de fetos abortados e placentas, além da certificação de propriedades livres ou monitoradas (Poester et al., 2009). Apesar dos avanços obtidos, a erradicação da brucelose no Brasil ainda enfrenta desafios relacionados à adesão dos produtores e às limitações econômicas e logísticas em regiões de pecuária extensiva (Lage et al., 2008).

Conclusão

A brucelose bovina configura-se como uma das principais zoonoses de impacto econômico e sanitário, comprometendo a produtividade da pecuária e representando risco à saúde pública. O PNCEBT constitui a principal estratégia nacional para o controle da enfermidade, integrando vacinação, diagnóstico, eliminação de animais positivos e certificação de propriedades. Contudo, a efetiva erradicação depende da adesão dos pecuaristas, da capacitação contínua de profissionais e da integração entre saúde animal e saúde pública (Brasil, 2006; Megid; Ribeiro; Paes, 2016).

Referências

ACCHA, P. N.; SZYFRES, B. Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre y a los animales. 3.ed. Washington: OPS, 2001.

AIRES, N. R. et al. Diagnóstico da brucelose bovina em Santa Catarina. Rev. Ciênc. Agroveterinárias, v.17, n.3, p. 364-373, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual Técnico do PNCEBT. Brasília: MAPA, 2006.

CIDASC. Relatórios de Defesa Sanitária Animal. Santa Catarina, 2018.

LAGE, A. P. et al. Brucelose bovina: uma atualização. Rev. Bras. Reprod. Anim., v. 32, p. 202–212, 2008.

MEGID, J.; RIBEIRO, M. G.; PAES, A. C. Doenças Infecciosas em Animais de Produção e de Companhia. 1. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2016.

PAULIN, L. M.; FERREIRA NETO, J. S. O combate à brucelose bovina: situação atual. Arq. Bras. Med. Vet. Zootec., v. 55, n. 1, 2003.

POESTER, F. P. et al. Brucelose animal: situação no Brasil. Pesq. Vet. Bras., v. 29, n. 2, p. 1-11, 2009.

SIKUSAWA, S. et al. Prevalência da brucelose em bovinos no Estado de SC. Ciência Rural, v.39, p. 203-208, 2009.

VERONESI, R. Doenças Infecciosas e Parasitárias: Animais de Produção e de Companhia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

OIE – Organização Mundial de Saúde Animal. Terrestrial Animal Health Code. Paris: OIE, 2009.